

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO DE TEORIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DISCIPLINAS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

DISCIPLINA: Tópicos em Informação e Cultura D (Política de Informação e Memória)			CÓDIGO TGI061 – turma TB3	
PROFESSOR: Rogério Luis Massensini (Orientando) Maria Guiomar da Cunha Frota (Profa Orientadora)				
DEPARTAMENTO Departamento de Teoria e Gestão da Informação			UNIDADE Ciência da Informação	
CARGA HORÁRIA	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL	CRÉDITOS
	60	00	60	04
ANO LETIVO 1º semestre de 2017			PERÍODO 7º	
PRÉ-REQUISITOS			CÓDIGOS	
CURSOS PARA OS QUAIS É MINISTRADA Biblioteconomia			CLASSIFICAÇÃO Optativa	

EMENTA

Memória Coletiva. Memória Política e Políticas de Memória. Regimes ditatoriais e o aparato informacional e repressivo. Justiça de transição e comissões de verdade. Leis e políticas de informação e de memória. Acesso à Informação pública e aos arquivos da repressão e da resistência. Espaços de memória.

PROGRAMA

Unidade I- Memória Coletiva e Teoria Social

Memória e teoria social

Memória e esquecimento

Memórias da política e políticas de memória

Unidade II- Informação, memória e justiça transicional

Ditadura e repressão no Cone Sul: Argentina, Brasil e Chile

O aparato informacional e repressivo no Brasil pós-1964

O direito à informação, à memória e a justiça: Brasil e Argentina

Justiça transicional e comissões de verdade

Unidade III- Leis, políticas e espaços de informação e memória

Direito à informação e acesso aos arquivos da repressão e da resistência

Documentos sensíveis/ Arquivo da AESI- UFMG

Espaços de memória- Brasil e Argentina

OBJETIVOS

Subsidiar a formação dos estudantes de biblioteconomia com discussões teóricas e atividades práticas sobre políticas de informação e memória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ABRÃO, Paulo e GENRO, Tarso. Os direitos de transição e a democracia no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
2. ACHUGAR, Hugo. Planetas sem boca. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
3. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil: tortura nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.
4. BATISTA, Carmem Lúcia. Mediação e apropriação. In. MOURA, Maria Aparecida (org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
5. BRASIL. COMISSÃO DA VERDADE. Audiências públicas. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/index.php/audiencias-publicas>, Acesso em 22/04/2013.
6. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 12.528 de 18/11/2011. Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em <http://www.cnv.gov.br/sobre-a-comissao-da-verdade/conheca-a-lei-que-criou-a-comissao-nacional-da-verdade/> Acesso em 04-02- 2013.
7. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei 12.527 de 18/11/2011. Lei de acesso à informação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm, Acesso em 04-02- 2013.

8. CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva, JELIN, Elizabeth. Los archivos de la represión. 2002.
9. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral: memória, tempo, identidades. 1ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.
10. FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In:
11. FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Comissão Nacional da Verdade e Lei de Acesso à Informação. In. MOURA, Maria Aparecida (org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
12. JELIN, Elizabeth. Los trabajos de la memoria. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2002.
13. MARTINS, Ana Amélia Lage, REIS, Alcenir Soares dos. A informação pública como direito e acesso ao poder. In. MOURA, Maria Aparecida (org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
14. MOURA, Maria Aparecida (org.). A construção social do acesso à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
15. MOTTA, Rodrigo Patto. As universidades e o regime militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
16. PAIVA, Marília de Abreu Martins de. Os arquivos e o acesso à informação pública no Brasil. In. MOURA, Maria Aparecida (org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
17. PEREIRA, Antony. Ditadura e repressão. São Paulo: Paz e terra, 2010. (capítulo 2)
18. POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol 2,n.3, p.3-15. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>
19. RABOTNIKOF, Nora. Memoria y politica a trienta años del golpe.
20. SANTOS, Mirian S. Memória coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003. (Introdução)
21. SILVA, Shirlene Linny da. Transição política e a construção do direito de acesso aos arquivos da/sobre a repressão. In. MOURA, Maria Aparecida (org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2014.
22. THIESEN, Icléia. (org.) Documentos sensíveis. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARGENTINA. Parque de La Memoria. Disponível em: <<http://parquedelamemoria.org.ar/sobre-el-parque-de-la-memoria/>>
2. ALVES, Maria Helena M. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.
3. BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Assessoria Especial de Serviço de Informação (AESI). Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/brtacervo.php?cid=1260>>

4. BRASIL. SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Programa Nacional de Direitos Humanos 3. (Decreto no. 7.037 de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo decreto 7.177 de 12 de maio de 2010). Brasília: SEDH-PR, 2010.
5. DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes:
6. SANTOS, Cecília M. Memória da Justiça: a mobilização dos direitos humanos e a construção da memória da ditadura no Brasil. Revista crítica de ciências sociais, 88, março de 2010, p. 127-134
7. SARLO, Beatriz. Tempo passado, cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.
8. SILVA, Shirlene Linny. Construindo o Direito de acesso aos arquivos da repressão: o caso do departamento de ordem política e social de Minas Gerais. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2007.